

CONSELHO DIRETOR
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO



Ata da 965^a

Sessão de 07/04/2015

1 965ª Sessão do Conselho Universitário. Ata. Aos sete dias do mês de abril de dois mil
2 e quinze, às quatorze horas, reúne-se o Conselho Universitário, na Sala do Conselho
3 Universitário, no Prédio da Administração Central, na Cidade Universitária “Armando de
4 Salles Oliveira”, sob a presidência do Magnífico Reitor, Prof. Dr. Marco Antonio Zago e
5 com o comparecimento dos seguintes Senhores Conselheiros: Vahan Agopyan,
6 Adalberto Américo Fischmann, Adalberto Fazzio, Alexandre Martins Rodrigues,
7 Alexandre Nolasco de Carvalho, Berenice Bilharinho de Mendonça, Amâncio Jorge
8 Silva Nunes de Oliveira, Amanda Guerra de Moraes Rego Sousa, André Carlos Ponce
9 de Leon Ferreira de Carvalho, Antonio Carlos Hernandez, Antonio Carlos Teixeira
10 Álvares, Antonio Marcos de Aguirra Massola, Arlindo Philippi Junior, Belmira Amélia de
11 Barros Oliveira Bueno, Benedito Honório Machado, Bernadette Dora Gombossy de
12 Melo Franco, Bruno Sperb Rocha, Carlos Alberto Ferreira Martins, Danilo Pereira dos
13 Santos, Carlos Gilberto Carlotti Júnior, Carlos Roberto Bueno Júnior, Phillipe Pessoa
14 de Santana, Clodoaldo Grotta Ragazzo, Daniel Barreto Junior, Dante Pinheiro
15 Martinelli, Diná de Almeida Lopes Monteiro da Cruz, Dulce Helena de Brito, Eduardo
16 Henrique Soares Monteiro, Eduvaldo Paulo Sichier, Francisco Javier Hernandez
17 Blazquez, Fabiano Guasti Lima, Fábio Brenha Ribeiro, Fernando Luis Medina
18 Mantelatto, Fernando Salvador Moreno, Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto,
19 Frederico Pereira Brandini, Gabriela Soldera Ferro, Germano Tremiliosi Filho, Gerson
20 Aparecido Yukio Tomanari, Gilberto Fernando Xavier, Rubens Beçak, Vanessa del
21 Castillo Silva Couto, Hugo Ricardo Zschommler Sandim, Ildo Luis Sauer, Luis Carlos de
22 Souza Ferreira, Alfredo Goldman Vel Lejbman, João Cyro André, João Victor
23 Menegatti, Joaquim José Martins Guilhoto, José Antonio Visintin, José Arana Varela,
24 José Eduardo Krieger, José Otávio Costa Auler Júnior, José Renato de Campos
25 Araújo, Liedi Legi Bariani Bernucci, José Rogério Cruz e Tucci, Ana Lucia Duarte
26 Lanna, Júlio Cerca Serrão, Laerte Sodrê Júnior, Ana Maria Loffredo, Eric Danzi Lemos,
27 Lucieli Dias Pedreschi Chaves, Luiz Gustavo Nussio, Luiz Henrique Catalani, Luiz
28 Silveira Menna Barreto, Marcela Silva Carbone, Marcos Domingos Siqueira Tavares,
29 Marcos Nogueira Martins, Margarida Maria Krohling Kunsch, Maria Amélia de Campos
30 Oliveira, Maria Angela Faggin Pereira Leite, Maria Aparecida de Andrade Moreira
31 Machado, Maria Arminda do Nascimento Arruda, Maria Cristina Motta de Toledo, Maria

32 das Graças Bomfim de Carvalho, Maria Vitoria Lopes Badra Bentley, Mariana Nunes de
33 Moura Souza, Marisa Helena Gennari de Medeiros, Oswaldo Baffa Filho, Paulo César
34 Rodrigues Conti, Elisabete Maria Macedo Viegas, Paulo Sérgio Varoto, Pedro
35 Bohomoletz de Abreu Dallari, Pietro Ciancaglini, Richard Charles Garratt, Roberto
36 Gomes de Souza Berlink, Rodney Garcia Rocha, Rui Curi, Sérgio França Adorno de
37 Abreu, Sérgio Persival Baroncini Proença, Lidia Aparecida Rossi, Silvio Moure Cícero,
38 Rômulo Machado, Simone Rocha de Vasconcellos Hage, Sonia Maria Vanzella
39 Castellar, Terezinha de Jesus Andreoli Pinto, Tito José Bonagamba, Giselda Maria
40 Fernandes Novaes Hironaka, Valdecir de Assis Janasi, Valdemar Mallet da Rocha
41 Barros, Valmor Alberto Augusto Tricoli, Victor Wünsch Filho e Walter Vettore. Presente,
42 também, o Prof. Dr. Ignacio Maria Poveda Velasco, Secretário Geral. Justificaram
43 antecipadamente suas ausências, sendo substituídos por seus respectivos suplentes,
44 os Conselheiros: Aluísio Augusto Cotrim Segurado, Carlos Eduardo Garisto de Nicola,
45 Claudimar Amaro de Andrade Rodrigues, Enrico Lippi Ortolani, Guilherme Adolfo dos
46 Santos Mendes, Guilherme Luis Desiderio, Jackson Cioni Bittencourt, Jefferson Antonio
47 Galves, João Guilherme Machado Ribas, José Roberto Castilho Piqueira, José Tavares
48 Correia de Lira, Leny Sato, Leonardo Octavio Belinelli de Brito, Paulo José do Amaral
49 Sobral, Silvana Martins Mishima, Silvio Roberto Farias Vlach e Umberto Celli Junior.
50 Justificaram, ainda, suas ausências os Conselheiros: Antenor Cerello Júnior, Belmiro
51 Mendes de Castro Filho, Douglas Emygdio de Faria, Fabiana Marchetti, Fábio de Salles
52 Meirelles, Gabriel Luis Scheffer Regensteiner, Jean Paul Walter Metzger, Marcelo
53 Ricardo Fernandes, Maria Helena Pereira Toledo Machado, Neli Maria Paschoarelli
54 Wada, Oswaldo Luiz Bezzon, Raphael Gasparian Chinchilla, Sérgio Mikio Kobayashi,
55 Suely Vilela, Tuani Guimarães de Ávila Augusto e Waldyr Antônio Jorge. Havendo
56 número legal de Conselheiros, o Magnífico Reitor passa às suas comunicações. **M.**
57 **Reitor:** “Declaro aberta a nongentésima sexagésima quinta sessão do Conselho
58 Universitário da Universidade de São Paulo. Trata-se de uma reunião extraordinária
59 para tratar – sem votação, mas apenas discutirmos – tópicos que constituem elementos
60 da reforma do Estatuto e Regimento da Universidade de São Paulo. Esta sessão, bem
61 como as anteriores, com as mesmas características, está sendo transmitida ao vivo
62 pela IPTV e está sendo gravada.” A seguir, o **M. Reitor** passa a palavra ao Senhor

63 Secretário Geral, para apresentação dos novos membros. **Secretário Geral:**
64 **“Representante da Congregação:** Prof. Dr. Silvio Moure Cícero (ESALQ); Prof.^a Dr.^a
65 Suely Vilela (FCFRP) (recondução); Prof. Dr. Joaquim José Martins Guilhoto (FEA) e
66 Prof. Dr. Jean Paul Metzger (IB).” A seguir o **M. Reitor** passa ao **CADERNO ÚNICO -**
67 **ESTRUTURA DE PODER E GOVERNANÇA NA USP. 1. PROCESSO**
68 **2014.1.5085.1.8 - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.** Apresentação, pela CAECO:
69 Carreiras e Regimes de Trabalho; Autonomia e organização das Unidades ou Órgãos e
70 Formas de deliberação das alterações estatutárias. Relatório do GT Carreira Docente.
71 **M. Reitor:** “Como tópico único da pauta de hoje teremos a discussão da Estrutura de
72 Poder e Governança da USP, que incluirá três tópicos, a saber: 'Carreiras e Regimes
73 de Trabalho'; 'Autonomia e organização das Unidades ou Órgãos' e 'Formas de
74 deliberação das alterações estatutárias'. Como subsídio para esta reunião,
75 acrescentamos o relatório do Grupo de Trabalho constituído para discutir a Carreira
76 Docente, o que foi acrescentado à regular sistematização feita pela CAECO, no intuito
77 de compor e organizar estas propostas. Ademais, temos um pedido assinado pelo
78 Presidente da Adusp, Prof. Dr. Ciro Teixeira Correia para, como nas outras reuniões
79 que tratamos do tópico, fazer uma apresentação relativa a estes pontos em nome da
80 Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo. Sendo assim, o Professor
81 fará esta apresentação, a nosso convite, por dez minutos.” **Prof. Dr. Ciro Teixeira**
82 **Correia:** “Peço desculpas pelo meu estado verbal, que prejudica um pouco a clareza
83 da fala, mas vamos ao pronunciamento da Entidade: ‘Propostas da Adusp para os
84 temas da reunião do Conselho Universitário da USP de 7 abril de 2015. Senhor Reitor,
85 senhores membros do Conselho Universitário (Co), colegas, funcionários técnico-
86 administrativos, estudantes, senhoras e senhores. Como nas reuniões anteriores, as
87 propostas da Adusp sobre os itens em pauta nesta sessão – Carreira e Regime de
88 Trabalho; Autonomia e Organização de Unidades e Órgãos; e Formas de deliberação
89 das alterações no Estatuto da USP – colocam-se na perspectiva de contribuir para que
90 a USP assuma seu caráter de instituição pública de educação superior, regida por
91 princípios democráticos em uma República e, assim, voltada para a construção de uma
92 sociedade mais justa e igualitária, portanto socialmente inclusiva. As intervenções da
93 Adusp nesse processo, ao longo de 2014, registraram que a entidade considera central

94 superar a situação vigente na USP, no que se refere à forma de eleição de dirigentes e
95 à composição de seus colegiados, pois ambas sequer respeitam o patamar mínimo de
96 participação de estudantes e funcionários definido pela Lei de Diretrizes e Bases da
97 Educação Nacional (LDB), que garante a essas duas categorias 30% da composição
98 dos órgãos colegiados. Destaca-se também que, atualmente, a esmagadora maioria
99 dos colegiados, sobretudo os da Administração Central, é constituída por Professores
100 Titulares, parcela da categoria com menor número de docentes na USP. Tal inversão
101 tem comprometido a representatividade dos colegiados; contudo, há outras distorções
102 que ferem de modo ainda mais grave sua legitimidade. Em 2015, ao sistematizar suas
103 contribuições para o debate em curso, a Adusp publicou e distribuiu para todos os
104 docentes o caderno 'Propostas da Adusp para democratizar a Universidade de São
105 Paulo (USP)', cujo item IX traz argumentos em defesa de que deva ser uma Estatuinte
106 Exclusiva, Soberana e Paritária a deliberar sobre o que mudar no estatuto! E, uma vez
107 que esta é a questão fundamental, neste momento, cabe dar ênfase à seguinte
108 indagação: qual fórum deve deliberar sobre mudanças do Estatuto da USP? Os
109 elementos reunidos no caderno da Adusp indicam que os problemas que
110 comprometem o colegiado maior dessa instituição vão muito além das distorções
111 referentes às proporções de representação do Corpo Docente, do Corpo Discente e do
112 Corpo de Funcionários Técnico-administrativos, ou à hipertrofia da presença de
113 professores titulares nos assentos ocupados por docentes. Porém, mais grave, nossos
114 levantamentos revelam o quanto encontra-se enraizada na instituição e neste colegiado
115 a ocorrência de conflitos de interesse, absolutamente incompatível com os
116 fundamentos republicanos, que pressupõem a separação das esferas pública e privada
117 e a inequívoca supremacia da esfera pública a disciplinar a privada. O mais recente
118 levantamento da Adusp, publicado no 'Informativo Adusp 397, de março de 2015',
119 revela que, dos 122 membros deste Conselho Universitário, 39, ou seja, praticamente
120 1/3 do colegiado, ostenta vínculos intrínsecos com fundações privadas autodeclaradas
121 'de apoio', ou com outras entidades que, igualmente, ocupam-se de remunerar
122 financeiramente seus instituidores e participantes, por meio de contratos com a
123 instituição ou da simples oferta de cursos pagos, em flagrante atentado ao inscrito na
124 Constituição Federal de 1988, por força da luta social em defesa da educação pública:

125 gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais. Essa realidade impõe o
126 questionamento desse órgão colegiado, face ao que se encontra expresso claramente
127 na Lei Federal nº 12.813/2013: ‘conflito de interesses [é] a situação gerada pelo
128 confronto entre interesses públicos e privados, que possa comprometer o interesse
129 coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública’, ou
130 ainda ‘exercer atividade que implique a prestação de serviços ou a manutenção de
131 relação de negócio com pessoa física ou jurídica que tenha interesse em decisão do
132 agente público ou de colegiado do qual este participe’. Na USP, muitas vezes, o que
133 gera tamanha distorção e amplia a presença de agentes das fundações privadas neste
134 Co e demais instâncias da administração – em subversão sem precedentes do
135 ordenamento jurídico – são as obrigações atribuídas pelos estatutos das entidades
136 privadas aos agentes públicos da Universidade, ao inscrever que este ou aquele cargo
137 da fundação será exercido pelo Reitor, Diretor ou por qualquer outro docente que
138 exerça cargo ou função administrativa das Unidades de Ensino e Pesquisa! Engenhosa
139 e abusiva forma de colocar, de imediato e tão logo assuma, um agente público a
140 prestar serviços a uma entidade privada. Procedimento ilegal por parte do servidor
141 público que se submete a essa incumbência estranha ao seu vínculo com o Estado. Se
142 a real dimensão desse absurdo não transparece de pronto, basta imaginar situações
143 similares envolvendo cargos de secretarias de Estado, de Governos, de Ministérios ou
144 mesmo do Presidente ou da Presidenta da República! Como entender, se não por
145 decorrência dessa situação aberrante, que certos agentes e colegiados desta
146 instituição aleguem que o objeto das centenas de cursos pagos de extensão é oferecer
147 ‘treinamento’ e não ensino, como ‘justificativa’ para burlar a previsão da gratuidade do
148 ensino em estabelecimentos oficiais? Esse contrassenso não passa despercebido a
149 qualquer avaliador atento, como revela o trecho do voto do desembargador Ferreira
150 Rodrigues, do Tribunal de Justiça de São Paulo, no processo que trata da ilegalidade
151 dessa prática na USP: ‘A solução mais adequada diante do Artigo Constitucional que
152 consagra a Educação como Direito Fundamental, artigo 205 da Constituição da
153 República, é aquela que se orienta pela maior abrangência possível do ensino público
154 gratuito’. E prossegue o magistrado do TJ-SP, ao discorrer sobre os princípios inscritos
155 na Constituição Federal: ‘O artigo 206 destaca, em seu inciso IV, a gratuidade do

156 ensino público em estabelecimentos oficiais, isso de forma clara e objetiva e sem
157 qualquer distinção entre os diversos níveis de Educação: fundamental, médio ou
158 superior, ou entre as diversas modalidades de cursos: ensino, pesquisa ou extensão’
159 Desse modo, a Adusp enfatiza a urgência de a Administração Central deixar de fazer
160 vistas grossas aos entraves para normalizar e dar legitimidade às instâncias e
161 procedimentos na USP, que permitam superar a inegável crise institucional, da qual o
162 atual processo de mudanças no Estatuto deriva. Nesse sentido, espera-se que não se
163 desperdice mais essa oportunidade para encaminhar questões que são centrais para a
164 Universidade, como ocorreu com o trabalho realizado no âmbito do GT Fundações
165 instituído pela Reitoria em 2003. Ali as atividades contaram com representação de
166 diferentes posições sobre o tema, as atas registraram argumentos convergentes e
167 dissensos e foram produzidos dois relatórios que expressavam concepções diversas,
168 mas também continham pontos comuns. Contudo, desse esforço não resultaram
169 quaisquer deliberações, justamente pela falta de isenção para encaminhá-las por parte
170 de quem detinha o poder para tanto: a Reitoria e este Conselho Universitário. Temos
171 plena convicção de que o tema: ‘Formas de deliberação das alterações no Estatuto da
172 USP’ que será objeto da próxima reunião deliberativa do Co, prevista para 14 de abril,
173 e para o qual a proposta da Adusp é a constituição de uma Estatuinte – se enfrentado
174 na sua real dimensão, poderá fazer avançar todos os demais itens em pauta. Todo o
175 empenho da Adusp será para agregar forças nessa direção. Muito obrigado a todas as
176 pessoas presentes pela atenção.’ Passo esta manifestação para devido registro em ata
177 à mesa que coordena os trabalhos.” **M. Reitor:** “Agradeço ao Professor Ciro. Daremos
178 continuidade à discussão do tema, passando a palavra ao Presidente da Comissão
179 Assessora Especial do Conselho Universitário.” **Cons. Carlos Alberto Ferreira**
180 **Martins:** “Quero, inicialmente, em nome da CAECO, ratificar o que está colocado no
181 início do documento de sistematização, que foi distribuído a todos juntamente com a
182 pauta e a convocação deste Conselho Universitário, e esclarecer que, consciente da
183 dificuldade do curto prazo da retomada das atividades acadêmicas para a discussão
184 destes temas, a CAECO preferiu sacrificar o tempo que ela teria para se dedicar ao
185 trabalho de sistematização e assim foi possível fazê-lo. Naturalmente é importante
186 destacar que pudemos incorporar na sistematização as propostas encaminhadas, não

187 apenas até o dia 30, como havíamos divulgado inicialmente, mas todas aquelas que
188 haviam sido encaminhadas até o dia 31. Não haveria possibilidade de incorporar na
189 sistematização propostas que efetivamente chegaram depois desta data, pois havia o
190 compromisso em atender o prazo regimental de envio da pauta e da convocação desta
191 reunião. No entanto, todas as propostas encaminhadas, rigorosamente todas, estão
192 incorporadas no volume que reproduz integralmente as propostas encaminhadas que
193 está disponibilizado no *site* e que também acompanhou a convocação desta reunião.
194 Caso o representante de alguma Unidade entenda que a proposta encaminhada não
195 está contemplada aqui, naturalmente poderá fazer uso da palavra. Como foi dito, esta
196 sistematização é apenas um roteiro para a discussão, no entanto, chamo a atenção
197 para o fato de que uma série de propostas ou sugestões encaminhadas, rigorosamente
198 não se referiam ao temário de hoje. Todas elas foram consideradas e, ou incorporadas
199 à sistematização dos seis outros temas que já tratamos ou, por vezes, possuíam
200 conteúdo que não era de nível estatutário. Surgiram muitas propostas relativas ao
201 Regimento ou à Legislação 'infra-estatutária', bem como sugestões de aprimoramento
202 institucional. Todas elas serão encaminhadas às instâncias pertinentes. Importante
203 salientar que, na última reunião da Comissão Assessora Especial do Co para este
204 tema, recebemos um ofício da Conselheira Neli comunicando que em uma Assembleia
205 do SINTUSP deliberou-se que os representantes dos servidores técnico-administrativos
206 no Co, integrantes da CAECO, não deveriam mais participar dos processos daquela
207 Comissão, o que a CAECO lamenta profundamente. Organizamos o conjunto de
208 sugestões de propostas encaminhadas, naturalmente nos três grandes temas,
209 'Carreiras e Regimes de Trabalho'; 'Autonomia e organização das Unidades ou Órgãos'
210 e 'Formas de deliberação das alterações estatutárias'. Em relação ao primeiro, uma
211 observação necessária é que a divulgação do relatório de trabalho do Grupo da
212 Carreira Docente obviamente motivou vários posicionamentos em relação às propostas
213 e temas ali tratados. Não foi e não poderia ser um objetivo da CAECO fazer uma
214 avaliação dos temas que obtiveram mais ou menos repercussão positiva, o
215 fundamental no nosso entendimento é que cabia para hoje trazer os temas
216 fundamentais e não fazer um recenciamento de apoios ou críticas às diferentes
217 posições. Consideramos pertinente, em relação a este primeiro tema, organizar a

218 discussão do seguinte modo: '1.1.Sobre a Carreira Docente; 1.1.1. Sobre os Regimes
219 de Trabalho; 1.1.2. Sobre a estrutura da carreira docente; 1.1.3. Sobre a progressão
220 horizontal e; 1.1.4. Sobre a avaliação docente'. No tema 'Carreira', surgiram propostas
221 do tratamento do Estatuto da carreira dos servidores técnico-administrativos. Em
222 relação ao tema autonomia e organização das Unidades e órgãos, em princípio, pode-
223 se avaliar que surgiram poucas propostas, mas gostaria de chamar a atenção para o
224 fato de que boa parte das propostas encaminhadas sobre este tema remetia às
225 questões tratadas em momentos anteriores, por exemplo, forma de eleição de
226 dirigentes, modificação na estrutura dos colegiados, que diversas Unidades entendem
227 que é uma maneira de reforçar a autonomia, mas do ponto de vista da sistematização
228 de nosso trabalho, devem ser adequadamente tratados em outro momento nos temas
229 correspondentes. Por fim, em relação às 'Formas de deliberação estatutária', que é
230 nosso terceiro tema, basicamente há três propostas: '3.1- Deliberação das alterações
231 estatutárias pelo Conselho Universitário', com variantes; '3.2 - Deliberação das
232 alterações estatutárias por Assembleia ou Colegiado Estatuinte'; e '3.3 - Deliberação
233 das alterações estatutárias pela Assembleia Universitária'. Para não confundir com o
234 item anterior, lembremos que a Assembleia Universitária está definida no Estatuto, no
235 capítulo que trata da eleição do Magnífico Reitor: Assembleia Universitária como
236 definida no artigo 36, inciso 5 é aquele âmbito composto pela totalidade do Conselho
237 Universitário, dos Conselhos Centrais, das Congregações e dos Conselhos
238 Deliberativos de Órgãos ou Institutos Associados. A CAECO sugere que organizemos a
239 discussão hoje por cada um dos grandes temas e deixemos projetados os principais
240 tópicos de cada um deles." **M. Reitor:** "Muito obrigado Professor Carlos Martins. Esta
241 reunião se encerra, como sempre, às dezoito horas, de tal maneira que temos três
242 horas e quinze minutos. Portanto, tendo em vista o peso de sugestões e tópicos
243 encaminhados e, seguindo a sugestão do próprio presidente da CAECO, vamos
244 preliminarmente dedicar até uma hora e trinta para o primeiro tópico, trinta minutos
245 para o segundo tópico e uma hora para o terceiro tópico. Evidentemente, dependerá do
246 ritmo da reunião, mas procuraremos estabelecer um limite para que os três tópicos
247 possam ser abordados e discutidos dentro de um tempo adequado, desta forma,
248 sobrarão alguns minutos para negociações." Ato seguinte o **M. Reitor** coloca em

249 discussão o primeiro tópico **Carreiras e Regimes de Trabalho**, passando a palavra
250 aos Conselheiros. **Cons. Luiz Silveira Menna Barreto:** “Por culpa pessoal, única e
251 exclusivamente minha, perdi o prazo de 31 de abril e gostaria de encaminhar à Mesa
252 uma síntese das contribuições da Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH -
253 ao Professor Carlos Martins, solicitando que, eventualmente alguma atenção seja
254 dedicada. Apenas peço um pouco da vossa atenção para a inclusão de um ponto que
255 pareceu extremamente relevante à EACH, obviamente derivado da crise institucional
256 que vivemos recentemente, que é a introdução da figura do *impeachment* nos nossos
257 Estatutos e Regimentos. Temos uma proposta de organização que não detalharei
258 agora, mas que está à disposição dos interessados.” **M. Reitor:** “O senhor pode
259 encaminhar as contribuições e, obviamente, quando falarmos de cada um dos tópico,
260 se for adequado, poderá manifestar-se resumindo o pensamento da sua Unidade. A
261 questão do impedimento dos administradores faz parte de um tópico que já foi trazido e
262 discutido neste Conselho.” **Cons. Laerte Sodré Júnior:** “Em relação a este primeiro
263 item, pois este trata da temática do documento do Grupo de Trabalho do Professor
264 Terra. Creio ser confuso fazermos hoje esta discussão se recebemos este documento
265 há pouco tempo e não possuímos tempo hábil de discuti-lo. Inclusive, o próprio
266 Professor Terra participará da nossa Congregação daqui a um mês. Considero ser
267 meio confuso procedermos esta discussão aqui, pois, na verdade, esta mal se iniciou.”
268 **M. Reitor:** “Como esta discussão hoje tem apenas o efeito de debate e não se tomará
269 aqui qualquer decisão, não obstante, considerando que sempre há, nesta
270 Universidade, a queixa que o espaço para discussão é muito limitado, aproveitaremos
271 todos os espaços para discutir. Não precisamos ter um encaminhamento
272 obrigatoriamente sequencial, de tal sorte que todas as discussões tenham de se fazer
273 nas bases para depois chegarmos aqui. Podemos realizar isto ao mesmo tempo e, de
274 tal maneira que aqueles que aqui estão hoje poderão participar das discussões nas
275 suas bases tendo ouvido algo que transita por aqui, enriquecendo, assim, algo que
276 transita pelas Unidades para, finalmente, em determinado ponto nos próximos meses,
277 estar preparado para votar neste Conselho. Creio que é uma contribuição positiva, que
278 não conflita com o andamento das discussões que deverão prosseguir. Não creio que
279 algo se cristalizará hoje, mas sim que ouviremos as opiniões a respeito deste tópico.”

280 **Cons. João Cyro André:** “Ater-me-ei à fala sobre Carreiras e Regimes de Trabalho,
281 conforme orientação. Relaciono os pontos que considero importantes na reforma do
282 Estatuto e procurei seguir o mais próximo possível o roteiro oferecido pela CAECO, de
283 modo a subsidiar a elaboração de uma proposta a ser considerada na fase de
284 deliberação das alterações estatutárias subordinada aos três primeiros artigos do atual
285 Estatuto (Título 1 – Da Universidade e seus Fins). Sobre Carreiras e Regimes de
286 Trabalho - especificamente sobre os Regimes de Trabalho: o departamento, com
287 apreciação da Unidade, define em seu Plano de Metas os regimes preferenciais para o
288 departamento. Entende-se que quem deve definir os Regimes de Trabalho são os
289 departamentos, de acordo com seus planejamentos, não criar o Regime de quarenta
290 horas. Sobre a Estrutura da Carreira Docente: manter as categorias docentes Professor
291 Doutor (MS-3), Professor Associado (MS-5) e Professor Titular (MS-6). Manter os
292 acessos à USP pelos cargos MS-3 (ingresso na carreira) e MS-6. Criar a ‘pré-carreira’
293 docente (MS-1 e MS-2), que atende certos tipos de Unidades, como a Escola
294 Politécnica. Possibilitar a contratação de docentes colaboradores ou visitantes por
295 tempo determinado. Sobre a progressão horizontal: reduzir para dois os níveis na
296 carreira para professores doutores; Reduzir para dois os níveis na carreira de
297 professores associados; aprimorar onde necessário e manter o processo atual de
298 avaliação. Sobre avaliação docente: avaliar periodicamente todos os docentes, mesmo
299 após o estágio probatório. A progressão na carreira poderá servir de base para a
300 avaliação. Nesta parte, sobre Carreiras e Regimes de Trabalho, são estas as
301 contribuições que tenho a fazer.” **Cons. Benedito Honório Machado:** “A minha
302 manifestação inicialmente é cumprimentar a CAECO por conseguir colocar em poucas
303 palavras a grande diversidade de tópicos que necessariamente terão que ser
304 aprofundados quando da discussão e deliberação por parte do ente representativo que
305 irá tomar as decisões. Nesse contexto das carreiras de regime de trabalho se dá essa
306 diversidade, que é até positiva do ponto de vista do que representa o conjunto da
307 Universidade. Na verdade, no meu entendimento, o nosso problema maior atualmente
308 não é a carreira docente, é, de fato, a estrutura de poder que emana da atual pirâmide
309 na qual um pequeno número de professores titulares têm assento majoritário nos
310 Conselhos, Congregações e no próprio Conselho Universitário. Essa questão da

311 carreira universitária, no meu entendimento, irá merecer muita discussão nos diferentes
312 momentos que teremos pela frente, mas, do ponto de vista acadêmico, entendo que a
313 situação não é crítica, diferente do ponto de vista da gestão, administração e
314 representação, e é nesse contexto que os temas se imbricam naturalmente. Para
315 discutirmos, de forma isenta, a questão da reestruturação e da ascensão dos
316 professores ao cargo de professor titular, no meu entendimento, essa discussão passa,
317 necessariamente, pelo item 3 da pauta de hoje, que é quem tomará as decisões:
318 Conselho Universitário contra Assembleia Estatuinte. Obviamente, quero argumentar
319 em favor da Assembleia Estatuinte, da Estatuinte a ser constituída, porque teremos
320 muito trabalho e de longo prazo, tendo em vista esse documento onde a CAECO reflete
321 muito bem todos esses temas relacionados. Por exemplo, a carreira e estrutura de
322 poder são intrinsicamente polêmicos e a Universidade, se quiser tomar uma decisão a
323 médio e longo prazos que seja coerente com as expectativas que foram geradas pela
324 atual administração e da própria comunidade uspiana, teremos que nos debruçar de
325 forma aprofundada e prolongada sobre esses temas. E, nesse contexto, entendo que a
326 Estatuinte é a forma mais isenta para estudar e discutir carreira docente, por exemplo.
327 O próprio Conselho Universitário, pela sua natureza, pelo seu DNA, obviamente estará
328 comprometido, no meu entendimento, para fazer uma análise isenta desse aspecto,
329 como de muitos outros que foram aqui citados, portanto, quero, imbricando os temas, já
330 reforçar aqui a importância de constituirmos uma Constituinte para que esses temas
331 sejam aprofundados e deliberados da melhor forma possível.” **Cons.^a Ana Maria**
332 **Loffredo**: “Quero passar, em poucas palavras, a todos, a primeira impressão que
333 tivemos na Congregação e nas reuniões setoriais que fizemos no Instituto de
334 Psicologia, em relação ao documento do GT - Atividade Docente que agora está sendo
335 examinado aqui por todos. Para falar a verdade, a nossa primeira impressão foi de uma
336 certa indignação e uma grande frustração com relação a esse documento, na medida
337 em que dois pontos nos chamaram atenção de uma maneira prioritária. Em primeiro
338 lugar, embora o documento se inicie dizendo ‘Elementos Conceituais’, entendemos que
339 a apresentação conceitual - portanto, o que fundamenta o espírito desse documento -
340 está muito insuficiente e quando lemos esse documento tão importante nesse momento
341 da Universidade, a pergunta que vem é: que perfil de Universidade está sendo

342 proposto, na medida em que as formas de trabalho que dão sustentação ao tripé
343 ensino, pesquisa e extensão é que estão em questão nesse documento? Para a nossa
344 surpresa, além dos elementos conceituais, que do nosso ponto de vista são
345 insuficientes, existe uma certa incoerência da apresentação desses elementos
346 conceituais e dos desdobramentos operacionais que o documento propõe. O que quero
347 dizer com isso é que se prestarmos atenção nos quatro itens que são chamados
348 'Elementos Conceituais' do documento, por exemplo, que é o que mais nos chamou
349 atenção na nossa discussão, para o RDIDP, converge uma função fundamental que é
350 crucial para nós, que é de articulação entre os três eixos que dão sustentação à
351 Universidade de São Paulo: pesquisa, ensino e extensão. Na sequência desses
352 elementos conceituais, o que nos chama atenção é que a primeira proposta é de que
353 se formem dois pares, que haja uma opção do ponto de vista do plano de metas dos
354 departamentos entre ensino e pesquisa ou ensino e extensão, isso foi o que mais nos
355 chamou atenção e que, de certa forma, ficamos mais surpresos até com esse
356 documento, na medida em que entendemos que o processo de interferências
357 recíprocas desses eixos é absolutamente crucial para que possamos manter o nível de
358 excelência da Universidade de São Paulo. Então, não faz muito sentido que um
359 professor não se dedique à pesquisa e se dedique à docência e à extensão, que tipo
360 de professor será esse? Será um professor parecido com o da universidade privada, é
361 um dador de aula ou é um cara que irá poder ter uma possibilidade de um trabalho
362 autoral junto aos alunos. O que temos muito medo é que esse tipo de fragmentação na
363 maneira de propor vá de encontro às propostas que são definidas nos chamados
364 elementos conceituais. O que mais gostaríamos de frisar aqui é que tipo de
365 Universidade que está sendo colocado na maneira em que esse documento é
366 formulado, o que justifica, o que fundamenta a proposta desse documento, o que no
367 final das contas, apesar desses elementos conceituais logo de cara, é um elemento
368 que tem um caráter, um perfil muito mais burocrático e operacional. Isso é a crítica,
369 essa certa indignação que no Instituto de Psicologia tivemos com esse documento, na
370 medida em que também parece que ele não está levando em conta o movimento que
371 tem acontecido na Universidade em várias instâncias, em vários âmbitos, em relação à
372 defesa do RDIDP. Estamos preocupados com que destinos a importância do RDIDP

373 para essa articulação dos três eixos da Universidade está contida dentro dessa
374 proposta, desse documento. E, nesse sentido, a nossa impressão é de que os
375 interlocutores desse documento, que são todos nós e as várias instâncias aqui de
376 discussão, talvez não estejam sendo consideradas como nós teríamos desejado. Esse
377 é um ponto e, já aproveitando que estou aqui, acho que também somos bastante
378 favoráveis, do ponto de vista de formas de deliberações de toda essa reforma do
379 Estatuto, embora o Co obviamente represente a comunidade universitária, ele não é
380 suficiente enquanto representação. E a nossa proposta é na linha de uma Assembleia,
381 conforme ocorre na eleição de Reitor, que é a Assembleia Universitária, no sentido de
382 que a comunidade possa ser mais ouvida, de forma que o espírito da discussão lá no
383 Instituto de Psicologia é de que uma verdadeira democratização na Universidade de
384 São Paulo possa ser exercida em todas as instâncias e acreditamos que nesse
385 momento a gestão universitária tem uma ótima oportunidade de demonstrar que ela, de
386 fato, está aberta ao diálogo.” **Cons. Marcos Nogueira Martins:** “Quero me manifestar
387 também sobre o documento do Grupo de Trabalho sobre Carreira Docente que me
388 deixou um pouco confuso no sentido de que, por um lado fala sobre a importância das
389 várias atuações docentes, mas prega uma proporção de docentes do RDIDP, RTP e
390 RTC e em um dos itens ele diz: 'As unidades/departamentos deverão zelar para manter
391 uma relação numérica equilibrada entre docentes nos diversos regimes de trabalho e
392 valorizando o RDIDP.' Em seguida, falando dos departamentos, diz: 'A proporção de
393 docentes distribuídos nos diversos regimes de trabalho depende das metas e
394 especificidades dos departamentos.'. Então, no caso do Instituto de Física, que é um
395 Instituto, digamos, não profissional no sentido de que não existe a profissão de Físico,
396 não formamos pessoas para o mercado de trabalho como a Medicina ou a Engenharia,
397 o regime RDIDP é um regime de 100% dos nossos docentes. Não há nenhum docente
398 que não seja RDIDP, aliás, tem um que tem um trabalho na Assembleia Legislativa em
399 meio período, então, apenas um dos 150 docentes do Instituto de Física é RTP, os
400 outros todos são RDIDP e não consigo imaginar o Instituto de Física com um terço, um
401 terço, um terço entre os vários regimes de trabalho, porque isso vai acabar com o
402 funcionamento do Instituto. E isso contrasta com aquela frase que diz que deve ser
403 valorizado o RDIDP, não entendo o que o GT quis dizer com isso de valorizar o RDIDP,

404 mas obrigar os departamentos procurarem a proporção de um terço, um terço, um
405 terço. Se possível, gostaria de ter um esclarecimento sobre isso, porque estou
406 confuso.” **M. Reitor:** “Tendo caminhado a discussão e no sentido de aproveitar esta
407 oportunidade ímpar que temos, todo esse conjunto de pessoas aqui, tão diversas, de
408 pensamentos tão diversos e todos absolutamente interessados no progresso da
409 Universidade, talvez seja interessante fazer algumas considerações. A primeira delas é
410 de que não adianta antecipar o tema do outro tópico, agora estamos discutindo
411 ‘carreira docente e regimes de trabalho’, é este o momento de discutirmos isso, é este
412 o momento de apresentarmos as propostas e sugestões, é este o momento não
413 apenas de dizer que o documento do GT tem esse ou aquele defeito, é claro que deve
414 ter, pois tudo que é humano tem defeitos, este é o momento de apresentar as melhores
415 propostas, quem sabe que corrijam os defeitos destas sugestões que estão nas
416 propostas do GT. A discussão democrática é agora, ela não irá ocorrer no futuro, faz
417 um ano que iniciamos o processo de discussão da reforma universitária, agora é o
418 momento de fazer, não adianta ficar dizendo que iremos ter, no futuro, o que
419 aprofundar, vamos começar a aprofundar agora, vamos dizer o que é e o que não é, o
420 que está bom e o que não está, o que deveria ser e de que forma deve ser, não adianta
421 ficar correndo atrás da moita, é a hora de dizer, apresentar com clareza as suas
422 propostas, as propostas de sua Unidade, apresentar as dúvidas, como o Prof. Marcos
423 fez, que precisam se esclarecidas. É para isto que estamos aqui, para fazermos o
424 debate e não dizer que iremos esperar o debate democrático, ele está sendo feito
425 neste momento, porque o próximo passo será votar. Professor Marcos, não faz parte
426 da proposta do GT, a não ser que eu tenha entendido muito erradamente, que cada
427 departamento deverá ter um terço de seus docentes em diferentes regimes. Os
428 regimes, teremos nós que escolhermos quais achamos adequados para a diversidade
429 da nossa Universidade. Volto a insistir que não esqueçam de que esta é uma
430 Universidade extremamente diversa, não pensem apenas na sua Unidade e no seu
431 departamento, pensem que temos áreas de atuações diversas, áreas de
432 conhecimentos diversos, temos perfis de pessoas que fazem atividades necessárias à
433 sociedade e que são diversos. Temos que entender aquilo que é possível nesta
434 Universidade e em uma Universidade assim, diversa, obviamente que a decisão mais

435 importante caberá à própria área de atuação, isto é, ao próprio departamento e á
436 própria Unidade. Portanto, supondo que tivéssemos não três, mas cinco regimes
437 diferentes, caberia a cada departamento dizer ‘eu quero 100% dos meus docentes em
438 um único regime, porque este é o regime que permite a este departamento fazer a sua
439 missão’, enquanto um outro departamento poderá dizer ‘eu quero metade em um
440 regime e metade em um outro’, e, finalmente, um outro dizer ‘eu quero um quinto dos
441 meus docentes em cada um desses regimes’. Temos que entender isto previamente,
442 antes de fazermos uma discussão distorcida sobre o tema. Admito que as pessoas
443 possam estar perfeitamente convictas que só devemos ter um regime na Universidade
444 que cubra toda a nossa diversidade, é um direito e é parte do nosso processo, mas o
445 que não podemos é entender mal aquilo que está sendo discutido, porque isso
446 introduziria uma discussão distorcida e não é este o momento, este é o momento de
447 nos entendermos, conversarmos e falarmos da maneira mais convicta. Desculpe-me
448 ter interrompido, mas achei que era necessário para que não perdêssemos tempo
449 discutindo coisas que não é o momento agora.” **Cons. Marcos Nogueira Martins:**
450 “Vou apenas esclarecer a origem da minha preocupação, é que no item ‘Regimes de
451 Trabalho’ diz assim: ‘as novas contratações da Universidade serão em Regime de
452 Turno Parcial (RTP), a critério dos departamentos, consubstanciado em planos de
453 metas e em pareceres externos e das comissões centrais da Universidade’, ou seja,
454 totalmente fora do departamento, os editais poderão estabelecer que os aprovados
455 terão acesso ao RDIDP ou a outros regimes, ou seja, não é uma opção do
456 departamento. Apesar de concordar com a fala do Magnífico Reitor, o documento do
457 Grupo de Trabalho não tem a visão que foi exposta pelo Magnífico Reitor.” **M. Reitor:**
458 “É necessário esclarecer, porque senão não caminhamos. Em primeiro lugar, o que
459 está em discussão hoje são as propostas para os regimes de trabalho, carreira docente
460 e progressão, não é o documento do GT. O documento do GT é um subsídio que foi
461 acrescentado, o que estamos pedindo é que manifestem claro apoio ou rejeição de
462 diferentes linhas que poderão se consubstanciar futuramente em propostas que virão
463 para ser votadas. Em segundo lugar, a prática de fazer os concursos em regime tipo
464 RTP não se contrapõe a posterior progresso para outro regime mais diferenciado como
465 o RDIDP, aliás, de um modo geral, é isso que se recomenda, é isso que se faz em

466 outras Universidades, como por exemplo, na UNICAMP, de forma que não há nada de
467 estranho nessa proposta e ela não se contrapõe à liberdade e importância do
468 departamento fixar as suas linhas. Não quero ficar argumentando, quero apenas ter
469 certeza de que esclarecemos as coisas.” **Cons. Carlos Alberto Ferreira Martins:**
470 “Apenas um esclarecimento, que aliás eu deveria ter feito no momento da observação
471 do Prof. Laerte. Com todo o respeito que merece o Grupo de Trabalho de Carreira
472 Docente, mas para a sistematização da CAECO, esta contribuição foi como a
473 contribuição de qualquer outra Unidade ou Órgão, assim os pontos centrais desse
474 documento estão incorporados na sistematização da mesma maneira e com a mesma
475 hierarquia de qualquer sugestão emanada das Unidades ou Órgãos. No nosso
476 entendimento, a distribuição deste documento junto com a pauta poderia auxiliar, mas
477 isso não altera o fato de que continuamos propondo que a nossa discussão aqui se
478 faça a partir da sistematização elaborada pela CAECO.” **Cons. Benedito Honório**
479 **Machado:** “Com relação à manifestação do Professor Zago, vou me permitir,
480 democraticamente, discordar. Entendo sua preocupação legítima de que esse
481 Conselho e a Universidade tenham um Estatuto melhor do que o atual, mas o processo
482 dinâmico é naturalmente muito dinâmico e o curso que irá seguir essa discussão irá ser
483 determinado pelas forças políticas do plenário, ainda que respeitada a opinião da
484 Reitoria e da Administração, agora, se esse Conselho Universitário ou uma eventual
485 Assembleia Estatuante tiver que seguir o plano traçado pela Reitoria, devo declarar
486 publicamente que isso me preocupa muito, porque não chegaremos a lugar algum.
487 Acho que o processo dinâmico tem que ser construído coletivamente e não dirigido
488 sistematicamente pela Reitoria, porque isso irá engessar a discussão, se isso acontece
489 no Co, entenderia como mais um argumento para que as discussões futuras não sejam
490 no âmbito do Conselho Universitário e sim em uma Estatuante.” **Cons.^a Belmira Amélia**
491 **de Barros Oliveira Bueno:** “A minha manifestação é muito breve. Estou entendendo
492 desde que nos chegou o documento do GT e depois com a própria pauta que agregou
493 as contribuições que chegaram em tempo à CAECO, que esta é uma reunião para
494 debates e propostas. Nessa linha de pensamento farei duas propostas, digamos assim,
495 muito pontuais sobre esse primeiro tema. Primeiro, parto da constatação – já muito
496 enfatizada pelo Magnífico Reitor e por outros colegas – de que a nossa Universidade é

497 muita diversa, isso ficou muito claro para mim quando trabalhei na CERT, a diferença
498 entre as Unidades e as áreas de conhecimento são flagrantes, e elas não podem ser
499 desconsideradas. Acho que esse ponto tem que ficar muito claro para todos, então
500 quando se defende um regime de trabalho, a decisão de sua opção e preferência tem
501 que ficar nas Unidades junto com os departamentos. No Estatuto atual consta que o
502 regime preferencial é o RDIDP, mas isso não confere com certas Unidades, algumas
503 tradicionalmente e por seu perfil, por suas escolhas e por sua história não optaram pelo
504 regime de dedicação exclusiva, enquanto que outras o fizeram assim que esta
505 possibilidade foi proposta. Entendo que isto deve ser mantido, porque ninguém melhor
506 do que cada Unidade e os seus departamentos podem saber o que melhor se ajusta
507 para uma boa produção e uma boa contribuição dos seus docentes ao crescimento da
508 Universidade, não necessariamente ficar atrelado a um RDIDP, mas o que melhor
509 convém para certas áreas, cuja relação com uma comunidade e com campos de
510 conhecimento, de experiência e de prática externos a ela são cruciais. Não me
511 compete aqui mencionar, mas creio que todos os senhores reconhecem e identificam
512 esta relação, que é mais ou menos estreita com o que se passa fora da Universidade
513 em matéria de trabalho, de produção de conhecimento e de experiência profissional,
514 então defendo que se mantenha essa preferência e que ela seja definida por cada
515 Unidade junto com seus departamentos. Digo aqui na primeira pessoa porque na
516 minha Unidade não tivemos, ainda, um debate sobre carreira docente, tínhamos em
517 breve, e o que foi enviado foi um endosso da Congregação ao documento da ADUSP,
518 mas me privo da possibilidade de me manifestar aqui em meu próprio nome. Isso é um
519 ponto. O outro que se segue a este é o da avaliação. Não é possível que somente os
520 professores em período probatório sejam submetidos à avaliação, significa que todos
521 os demais estão acima de qualquer suspeita e sabemos muito bem que não. Acho
522 justo que todos os docentes sejam avaliados dentro de uma rotina, que deverá ser
523 estabelecida e que me parece razoável que seja a cada cinco anos, poderá ser mais,
524 poderá ser menos, mas, em princípio, tomando como experiência a própria história da
525 UNICAMP, é bastante razoável que seja a cada cinco anos, ou seja, a cada ano 20%
526 dos docentes apresentam um relatório. Acho que tem menos o caráter de saber se
527 esse docente vai ou não vai mudar de regime e mais como uma prestação de contas

528 que todos devemos no serviço público. Gostaria de deixar registrada essas propostas,
529 claro, sujeitas a chuvas e trovoadas.” **Cons. Luis Carlos de Souza Ferreira**: “Deixo
530 claro dois pontos: primeiro que as opiniões que coloco aqui refletem as opiniões
531 colhidas junto aos sete Departamentos do ICB e, também, de uma reunião realizada
532 ontem com os Chefes de Departamentos, Diretor, Vice-Diretor e o nosso representante
533 aqui no Conselho Universitário. O outro ponto é que, baseado nessas opiniões
534 colhidas, o ICB apoia o processo de revisão do Estatuto no formato em que ele está
535 sendo feito e, especificamente sobre a carreira docente, alguns pontos que discutimos
536 e apoiamos em primeiro lugar a autonomia da Unidade e nesse ponto, o departamento
537 não deverá definir seu plano de metas em relação aos regimes de contratação, assim
538 como as áreas de conhecimento, e também foi considerado pertinente a possibilidade
539 de ingresso no regime de RTP de forma semelhante ao que é feito em outras
540 Universidades estaduais paulistas. Quanto à estrutura da carreira docente, além dos
541 níveis já hoje presentes, achamos que seria interessante e produtivo a criação da
542 carreira de pesquisador, assim como a possibilidade de contratações de docentes
543 colaboradores ou visitantes nacionais ou estrangeiros, que está de acordo inclusive
544 com um programa de colaboração com a CAPES, que foi recentemente assinado para
545 o caso de professores estrangeiros. Sobre progressão horizontal e avaliação docente,
546 mantemos o sistema atual, assim como já foi colocado anteriormente e somos
547 favoráveis que essa avaliação seja aplicada a todos os docentes a cada cinco anos,
548 quinquenalmente, e não apenas àqueles em estágio probatório.” **Cons.ª Ana Lucia**
549 **Duarte Lanna**: “Quero falar de três questões, uma delas diz respeito ao RTP, que foi
550 uma discussão que levamos na Congregação, pois nos inquieta a possibilidade da
551 transformação do RTP em regime preferencial, na medida em que não conseguimos
552 compreender como isso pode dialogar com a perspectiva de uma Universidade que
553 agregue, nas atribuições docentes, ensino, pesquisa e extensão. Uma vem que o RTC
554 se aproxima largamente da ideia de um professor horista, fundamentalmente ligado às
555 atividades de sala de aula, o que nos parece fundamental, mas que não entendemos
556 como uma valorização efetiva da graduação. O professor tem que estar na sala de
557 aula, tem que dar aula de graduação, mas isso não é, em si, a valorização da
558 graduação. Por outro lado, o reconhecimento da diversidade da Universidade e a

559 necessária autonomia das unidades, para reconhecer os regimes de trabalho
560 preferenciais em função das suas especificidades, não pode negar o princípio de que
561 essas unidades, no seu conjunto, constituem a Universidade. Portanto, o desafio que
562 temos é um desafio de, ao respeitar as especificidades de cada uma das unidades,
563 conseguir construir uma base comum mínima, onde possamos nos reconhecer como
564 parceiros de uma mesma instituição, porque se for para cada uma fazer exatamente
565 aquilo que considera mais adequado, sem essa interface, sem esse diálogo e sem
566 essa restrição necessária que se coloca no vínculo com a Universidade, fica um pouco
567 prejudicada a noção de conjunto. Acreditamos que a diversidade e a autonomia são
568 fundamentais, mas temos dificuldades em reconhecer o RTP como regime de trabalho
569 da forma como ele é definido hoje. Pode ser que ele ganhe uma outra definição, mas
570 tal como é definido hoje, ele exclui das atribuições docentes a figura da pesquisa e da
571 extensão. Portanto, é muito difícil entender como esse docente pode ser o docente
572 daquela Universidade que discutimos e reafirmamos aqui, que deve ser uma
573 universidade que articule, a partir da prática docente, ensino, pesquisa e extensão.
574 Esse é o primeiro problema, que é o da diversidade, ou seja, como garantir um mínimo
575 de unidade, problematizando uma definição de regime diferencial, que é exatamente
576 um regime que nega o princípio da Universidade a qual essa diversidade deve estar
577 submetida. Por outro lado, a questão da criação de um regime de 40 horas, que não
578 discutimos profundamente, mas pessoalmente tenho dificuldade de entender a
579 resistência, a criação desse regime que, em si, tem algumas sinalizações importantes,
580 que permite uma integração docente com a Universidade e desonera a construção
581 desse vínculo nem sempre muito evidente, nem sempre muito tranquilo do RDIDP com
582 a CERT. Então não estou defendendo ele ou não, mas estou dizendo que não
583 compreendo quais são as resistências que se colocam em relação ao regime de 40
584 horas, na medida que, talvez, ele fosse um lugar institucional de construir uma outra
585 relação com a CERT, diferente dessa que todos nós, na condição de dirigentes de
586 diferentes lugares, temos de lidar sempre com muita dificuldade. Por outro lado, agora,
587 em meu nome, gostaria de fazer mais dois comentários rápidos. Não entendo o porquê
588 da criação de mais um nível da carreira docente, ou seja, o professor pleno. Realmente
589 não entendo isso e qual é o sentido de esvaziar o lugar do Professor Titular que

590 acabamos de qualificar na sessão deliberativa do último Conselho Universitário, para
591 criar um novo cargo; sem que as atribuições estejam especificadas. Da mesma forma,
592 não entendo a criação de uma carreira de pesquisador no quadro docente; uma
593 carreira de pesquisador no quadro técnico administrativo, não vejo nenhum problema,
594 pois ela é evidente para mim, mas a criação da carreira docente de pesquisador é de
595 novo não responder, como no regime RDIDP, a articulação entre ensino, pesquisa e
596 extensão, porque ele será um profissional que terá como atribuição um dos pilares da
597 Universidade, isento de todos os outros. Se não for isso, não precisa criar, ou então,
598 criar como carreira técnico administrativo.” **Cons. Germano Tremiliosi Filho**: “Quero
599 fazer algumas considerações pontuais, não vou fazer comentários na parte mais
600 filosófica e política associada ao tema, porque alguns colegas que me precederam já
601 fizeram e de maneira muito apropriada; quero fazer, em pontos bem específicos, e,
602 principalmente, dentro dos pontos já discutidos a nível de nossa Instituição. Em nossa
603 Instituição entendemos que o início da carreira deve ser em nível de MS-3, isso
604 simplesmente porque é uma pessoa que já tem um conhecimento bastante amplo e
605 isso é importante para a Universidade. Uma universidade que queira crescer tem que
606 ter professores que tenham bom nível de conhecimento. É lógico que há exceções, por
607 exemplo, em uma disciplina muito específica em que, talvez, não tenha um especialista
608 com nível MS-3, neste caso, pode se ter um graduado apenas ou uma pessoa em nível
609 de mestrado, mas que tenha um conhecimento muito profundo da temática. Ele pode
610 entrar para a carreira universitária nos regimes, por exemplo, de tempo parcial,
611 simplesmente para atender uma necessidade específica de uma área que não tem, às
612 vezes, um especialista; mas entendemos que o início da carreira deveria ser com o
613 nível MS-3, com as exceções. Também entendemos, com relação à avaliação, que ela
614 seja contínua, isso seria o ideal, porque a Universidade também é avaliada
615 continuamente, como podemos ver nos *rankings*. Portanto, o ideal é que essa
616 avaliação fosse contínua, mas isso é, de certa forma, praticamente impossível de ser
617 feito, então que seja feita a avaliação em um tempo mínimo possível. E a nossa
618 sugestão é para que seja feita a cada dois anos, ou seja, avaliações bienais. Entendo
619 que toda carreira docente tem períodos de altos e baixos, mas, na média, conseguimos
620 enxergar uma evolução. O ideal é que cada docente evolua e nunca fique estagnado,

621 com isso a Universidade também evolui. Isso é o que está por traz do que a nossa
622 instituição pensou. Ainda em relação a flexibilizar o RDIDP, é flexibilizá-lo para quem
623 realmente tenha um bom desempenho; para estes docentes seria viável a flexibilização
624 e, também, no máximo, como é atualmente, de oito horas semanais, ou seja, o docente
625 em RDIDP poderia auxiliar o setor produtivo a evoluir e, com isso, ele pode flexibilizar
626 sua carreira em um certo número de horas. No nosso caso, achamos que oito horas
627 são suficientes para isso e, também, ajudar o setor produtivo por exemplo. Isso é uma
628 outra proposta da nossa Unidade. Como na próxima reunião ordinária do Co vão ser
629 discutidas as diretrizes da carreira de Professor Titular, aquilo nada mais é do que o
630 que será discutido aqui como um norte para qualquer um de nós que queremos atingir
631 o nível de Professor Titular, servirá como uma referência do mínimo que devemos ter
632 para se propor a entrar e dizer que está preparado para um concurso de Professor
633 Titular. A mesma coisa deveria ter para as progressões nos outros níveis. Pode ter
634 progressão somente vertical ou mesmo progressão vertical e horizontal. É interessante
635 também que tenham diretrizes para servir como um norte de professor que acabou de
636 ingressar na Universidade, quando é que ele vai estar preparado para começar a se
637 sujeitar às evoluções, tanto vertical como horizontal. Uma coisa muito interessante, do
638 meu ponto de vista, é se reconhecer o ensino como a meta principal da Universidade.”

639 **Cons. Sergio Persival Baroncini Proença**: “Na verdade, talvez essa minha
640 intervenção fosse até desnecessária, porque a discussão já caminhou para os temas
641 que estão sistematizados, mas como membro do GT da Carreira Docente não poderia
642 deixar de me manifestar, fazendo um outro esclarecimento, apesar de que não estou
643 falando em nome do grupo, estou falando a partir do que vi e a minha ideia é
644 simplesmente esclarecer alguns pontos. O Professor Zago, inclusive, já esclareceu
645 várias das intepretações do grupo, mas gostaria de agradecer os colegas que fizeram
646 críticas sobre o texto, porque, de fato, o texto tem limitações. Devo esclarecer que o
647 texto não é um texto final, na verdade essa denominação de texto final está
648 equivocada. Este é o primeiro erro, porque este é o texto final de uma etapa de
649 trabalho que se encerrou, a partir do qual seriam ouvidas congregações e unidades e
650 seria feita uma discussão mais ampla. O resultado dessa discussão que, inclusive já
651 estão acontecendo em várias congregações - na minha, em particular vai acontecer na

652 sexta feira - seria compilado por esse grupo, subsidiando um documento final que
653 deverá ser submetido ao Co. De fato, não me preparei para falar sobre o documento,
654 mas gostaria de esclarecer um ponto e agradecer aos colegas pelas observações
655 feitas. O primeiro ponto é que o documento não é final, mas um documento que está
656 sendo submetido como ideia geral, porque não há consenso sobre uma série de
657 detalhes, porque a diversidade é bastante grande; no entanto, há consenso sobre
658 alguns pontos. Diria que, em particular, há uma preocupação, desde o início dos
659 trabalhos do grupo, de que os aspectos de valorização do ensino estejam presentes.
660 Isso não quer dizer desvalorizar a pesquisa, mas valorizar igualmente o ensino. A partir
661 daí, a questão da manutenção ou não do RIDIDP é um ponto central nesta história.
662 Houve discussão no grupo e este encaminhou às Congregações como um tema de
663 discussão. Queremos ouvir as opiniões sobre isso. O tripé, pesquisa, ensino e
664 extensão é um tripé fundamental na Universidade, entendemos que nem todos os
665 docentes conseguem fazer as três coisas muito bem, ao mesmo tempo, daí a ideia não
666 de fragmentação, mas de sugestão que haja a possibilidade de um docente optar por
667 ter uma maior intensidade - maior tempo de dedicação - a ensino ou pesquisa, ou
668 ensino e extensão, de acordo com sua especificidade. O que não quer dizer que ele
669 despreze a pesquisa, vai ter que fazer, porque faz parte do tripé, entretanto ele atua
670 com mais ênfase fazendo dois desses aspectos. Achamos importante sugerir e ouvir a
671 comunidade sobre o que se pensa dessa ideia de dar um pouco mais de liberdade de
672 opção de atuação, que entendemos que seja muito mais profícuo como contribuição
673 para a pesquisa. Outro aspecto é que a questão da distribuição equilibrada, de fato,
674 está equivocada, a ideia que passou no texto não é essa, a ideia é que haja uma
675 proporção bem definida, de acordo com os objetivos dos departamentos, sem nunca
676 deixar de ter o RDIDP como parte de um regime de trabalho, porque entendemos que,
677 aí sim, a pesquisa está sendo fortemente incentivada. Agora, de novo, há
678 especificidades em uma Engenharia que, por exemplo, o RDIDP pode produzir a
679 qualidade em pesquisa, mas ele pode produzir qualidade em pesquisa de alto nível
680 fazendo uma dedicação não exclusiva. Quero reforçar dizendo que aquela
681 sistematização que está sugerida pela CAECO decorre do documento e são os temas
682 que chamaria mais atenção, particularmente o ingresso no RTP e a definição do regime

683 a partir de um plano de metas elaborado pelos departamentos e corroborado pelas
684 unidades - isso a CERT levará em conta mais adiante. Isso quer dizer que um docente
685 em um determinado instante pode estar, durante um período de cinco anos, em RTP e
686 no regime seguinte optar por um outro regime de trabalho que possa ser interessante,
687 dependendo do regime de meta do departamento. Há uma série de aspectos
688 envolvidos que não está bem claro no documento, mas ele pretende alertar sobre
689 esses pontos; não se trata de fragmentação de carreira.” **Cons. Bruno Sperb Rocha:**
690 “No início do processo - quero retomar, porque a discussão desse tópico é
691 particularmente ilustrativa - a expectativa entre os trabalhadores e em nossos fóruns de
692 discussões e de deliberação era que a política da Reitoria e do Conselho Universitário,
693 frente a esse processo de mudança no Estatuto, seria de realizar algumas mudanças
694 fundamentalmente cosméticas, para poder preservar o fundamental da Estrutura de
695 Poder e funcionamento da Universidade, ou seja, para usar uma figura gráfica, passar
696 um pouco de perfume para tentar disfarçar um pouco o cheiro horrível de ditadura militar
697 que tem a Estrutura de Poder dessa Universidade. Logo depois de um momento de
698 bastante tensão política dentro da Universidade, por conta disso e de alguma forma,
699 buscou-se aliviar essa tensão para poder fazer com que o fundamental permaneça, ou
700 seja, com que quem controla a Universidade siga o mesmo setor dela. Essa discussão
701 aqui mostra que isso se mantém verdadeiro. Existe outro aspecto do que está
702 acontecendo com esse processo de mudança no Estatuto que vai além disso, está se
703 operando não só uma auto reforma do Regime, mas, também, por parte do Regime
704 uma contrarreforma contra a Universidade e contra as reivindicações de grande parte
705 da comunidade universitária. O que se pode dizer, do ponto de vista dos funcionários
706 em relação a esse tema em particular, quando essa discussão se iniciou e quando a tal
707 gestão da Reitoria se iniciou; a expectativa da grande maioria dos trabalhadores era
708 que se cumprisse a esperada – e, naquele momento, proclamada - terceira etapa da
709 progressão na carreira dos funcionários Técnicos e Administrativos da Universidade.
710 Isso não aconteceu. Além disso, mais recentemente, foram demitidos 1.382
711 trabalhadores e as contratações estão congeladas, isso tem consequências terríveis
712 para o fechamento de setores e serviços em vários locais e vários órgãos da
713 Universidade, como todos os membros desse Conselho bem sabem. Além disso,

714 recentemente, lemos na imprensa - não temos esse dado, que é mais um aspecto da
715 falta de transparência na Universidade - uma declaração do Reitor, que estimava em
716 torno de 5 mil trabalhadores terceirizados dentro da Universidade, ou seja, mais ou
717 menos um terço da quantidade de trabalhadores efetivos, na sua esmagadora maioria,
718 trabalhando nas piores condições de trabalho, sem direito trabalhista e com salários
719 duas, três, quatro vezes menores do que os que recebem os trabalhadores efetivos da
720 Universidade, para fazer as mesmas funções. Não que isso saia barato para a
721 Universidade, sai, inclusive, mais caro do que os trabalhadores efetivos, porque no
722 meio tem uma mediação, que são as empresas terceirizadas que estão lucrando rios e
723 rios de dinheiro com o dinheiro público da Universidade, por intermediar esse processo.
724 E agora, no conteúdo que é mais debate, fica claro o quanto isso atinge, inclusive, o
725 ensino, a pesquisa e a extensão, porque em meio a esse processo, que é um processo
726 de conjunto de desmonte da Universidade, aproveita-se a oportunidade para não só
727 passar um pouquinho de perfume, mas também tirar ali uma ou outra trava contra a
728 total precarização do ensino, da pesquisa e extensão, reduzindo, evidentemente, a
729 importância do regime de dedicação integral à docência e à pesquisa, abrindo espaço
730 para a contratação por tempo determinado e de temporários, com salários que são dez
731 vezes menores do que ganham os professores em regime de dedicação integral na
732 Universidade, e prejudicando ou contratando professores para dar conta de um aspecto
733 do funcionamento da Universidade, é só docência, é só pesquisa ou é só extensão,
734 fragmentando o que é o tripé, que é a função essencial da Universidade. Ou seja, um
735 pouco pior do que esperávamos, não só o perfume, mas uma manobra para aproveitar
736 essa oportunidade para fazer com que sequer reste uma trava ou bloqueio no Estatuto
737 dessa Universidade para seu total desmonte e para a precarização do seu
738 funcionamento.” **Cons. Phillipe Pessoa Santana**: “Gostaria de me manifestar em
739 relação ao processo de mudança da carreira docente, parece-me que é muito
740 importante refletir sobre as consequências no futuro da Universidade de São Paulo. Da
741 mesma maneira que fala que cada unidade teria autonomia para decidir quanto mudar
742 a estrutura, a proporção entre os diversos tipos de docentes que estão sendo criados.
743 Há uma preocupação legítima de um coletivo de professores da Universidade de que
744 isso pode distorcer nosso compromisso em articular ensino, pesquisa e extensão. Ao

745 mesmo tempo que se fala em flexibilizar a carreira para que se tenha dedicação fora da
746 Universidade, já vejo algumas flexibilizações que podem ocorrer em relação ao próprio
747 regime de trabalho da Universidade, número de aulas que um professor dedica na sala
748 de aula e o número de aulas que ele pode dedicar a outras atividades. Parece-me que
749 isso já gera alguns problemas quando eu, como estudante de graduação, lembro que
750 os melhores docentes na pesquisa foram os que eu não consegui ter aulas e eram os
751 que, com certeza, estavam mais qualificados a passar ótimos conhecimentos; parece-
752 me que isso não está sendo corrigido, está sendo ampliado. Vai-se criar uma carreira
753 que vai estar em contato, se bem entendi, só com a sala de aula; ele não vai ter
754 atividade de pesquisa. Porque não está claro para mim, na criação do parcial e nem do
755 regime de carga de 40 horas, quais são as atribuições; se ele manterá só na sala de
756 aula ou se isso vai ficar a cargo das unidades também. Outra coisa é que, embora já
757 tenhamos discutido anteriormente, não ficou claro para mim se esses novos regimes de
758 trabalho vão ter participação na Administração Universitária. Parece que se cria uma
759 coisa para depois criar um tanto de problemas. Não fica claro, por exemplo, como é
760 que vai ser a discussão dentro da Unidade, turno parcial terá direito a um espaço físico
761 ou não? Se ele terá direito a laboratório ou não; e o que é que define isso? Então, ao
762 invés de discutir essas coisas fundamentais de como que vai ser, cria-se primeiro e,
763 depois, terão que arrumar isso e arrumam ainda no âmbito da unidade, não
764 regulamentado pela própria Administração da Universidade. É um negócio que pode ter
765 proporções muito ruins no futuro. Já que foi levantado aqui que algumas unidades têm
766 necessidade de ter essa flexibilidade, de terem cargos que não são RDIDP - a Escola
767 de Engenharia de São Carlos, que foi a única que se manifestou - mas também me
768 faltou o embasamento do porquê não o RDIDP e não sei se isso é a opinião majoritária
769 dos professores docentes e dos outros integrantes da comunidade - que essas
770 unidades se pronunciem por que não manter o regime de trabalho, que é majoritário na
771 Universidade. Realmente me parece ameaçador para a Universidade ter regimes de
772 trabalho que não têm um fundamento na fundação da Universidade. Elas não estão
773 precipitadas no conceito de articulação entre ensino, pesquisa e extensão. O que vejo
774 é que temos, ao longo dos anos, na Universidade, uma desvalorização do ensino e
775 isso, ao meu ver, tende a aprofundar e não resolve.” **Cons. Carlos Gilberto Carlotti**

776 **Júnior:** “Na última semana tivemos uma reunião de toda a comunidade de Ribeirão
777 Preto com o GT. Vou dar uma opinião do que entendi que está sendo proposto em
778 relação a essa entrada de docentes na USP, em regime de tempo parcial. Não seria
779 uma diminuição do RDIDP, mas apenas uma forma de oferecer sentido para aquela
780 avaliação que está sendo proposta a cada dois anos ou a cada cinco anos, para que
781 ela tenha consequências em um determinado momento. Assim, aquele docente, pelo
782 que entendi - meus colegas me corrijam se estiver falando errado - entraria no RTP,
783 sendo que no próprio edital já estaria previsto uma mudança. Dessa forma, ele já
784 assinaria o contrato no primeiro dia de serviço como RDIDP, mas o fato de ele ter feito
785 um concurso no RTP, nas avaliações posteriores, se ele for mal avaliado, poderá ser
786 trazido de volta para o RTP. Todo mundo aqui defendeu a avaliação, mas qual a
787 consequência dessa avaliação que nós estamos propondo? Atualmente, pelo que
788 entendi da palavra do GT, seria nenhuma, pois avaliou e ele é mal avaliado, mas o que
789 você vai fazer com o docente? Não vai acontecer nada com o docente, ele vai
790 aposentar recebendo as avaliações de mal avaliado e recebendo como RDIDP, pelo
791 menos foi isso que foi dito lá. Essa forma de entrada seria para isso, para poder,
792 eventualmente, poder interferir na progressão do docente. Não estou defendendo a
793 proposta, estou apenas dizendo o entendimento que tive na reunião do GT, que
794 tivemos a semana passada.” **Cons. Laerte Sodré Júnior:** “Viajando, não tive
795 oportunidade de fazer essas discussões, então vou colocar apenas ideias pessoais. A
796 primeira coisa é em relação ao regime geral de trabalho. Acho que em algumas
797 unidades, como o IAG, o RDIDP é, sem dúvida, o regime natural, mas entendo que em
798 muitas outras unidades pode não ser o caso, como vamos ver em algum momento no
799 futuro ao votar novos regimes. Considero-me muito pouco esclarecido sobre, por
800 exemplo, o regime de 40 horas, sem dedicação exclusiva. Não sou contra, *a priori*, mas
801 não vi nada que me levasse, até esse momento, a apoiar uma proposta desse tipo.
802 Acho que algumas inovações que estão sendo propostas precisam ser melhor
803 explicadas, a mesma coisa é em relação a ingresso no RTP, como já tem sido dito;
804 realmente, não entendo por que em algumas áreas, algumas escolas e algumas
805 unidades isso pode ser realmente importante, mas, também, ainda não estou
806 convencido de que essa é a melhor forma de entrar na Universidade na carreira

807 docente, principalmente em algumas áreas. Não sou contra a proposta, mas estou
808 longe de estar esclarecido. Outra coisa que quero colocar é em relação ao Professor
809 Pleno e o Professor Titular. Entre as propostas da CAECO, vi uma proposta de
810 transformar o Professor Titular em função, o que acho, vendo como se desenrola os
811 concursos de Professor Titular na minha unidade e em outras, que é receita para crise
812 dentro do Instituto. Em segundo lugar, é uma forma de breçar a progressão por mérito,
813 esta não depender de cargo como depende hoje em dia; então, sou francamente
814 favorável a uma mudança do caráter do Professor Titular, que pode se chamar pleno,
815 não-pleno ou titular mesmo, isso pouco importa. Acho que do jeito que está organizada
816 a estrutura de carreira hoje em dia, com o Professor Titular depender de cargo, é um
817 entrave para a progressão da carreira por mérito na Universidade. Ela precisa ser
818 modificada e é para isso que temos comissões, grupos de trabalho e etc. Mas acho que
819 no mínimo essa proposta de tirar o caráter de cargo do Professor Titular seria bem
820 vinda.” **Cons.^a Berenice Bilharinho de Mendonça:** “Queria fazer um comentário sobre
821 essa proposta de 40 horas, que é uma posposta da Faculdade de Medicina. Qual é o
822 nosso objetivo com essa proposta? Temos sentido, nos últimos anos, cada vez menos
823 candidatos a Professor na Faculdade de Medicina, porque a pessoa tem outra
824 atividade de 12 ou 24 horas e ela acaba fazendo de sua função privada, sua função
825 principal e a Universidade fica em segundo turno. Se você tiver 40 horas de dedicação
826 à Universidade e se você puder fazer seu consultório no fim da tarde e sua cirurgia no
827 final de semana, tenho certeza de que atrairíamos muitos valores que temos perdido
828 para os hospitais privados, que têm suas escolas de medicina no momento. Tínhamos
829 medo que ficássemos sem muitos valores ao longo dos anos, principalmente quando
830 ouve a mudança da nossa aposentadoria, porque não se aposenta mais quem entrou
831 na carreira depois de 2003, não se aposenta mais com salário integral. E isso tem
832 levado a uma fuga muito grande de valores. Acreditamos que isso não vai prejudicar
833 nenhum pouco o RDIDP, isso deve ser mantido e é uma opção que cada Unidade pode
834 utilizar.” **Cons. Laerte Sodré Júnior:** “Acho muito importante os esclarecimentos, como
835 os que você fez, porque exceto pela sua intervenção, ninguém veio justificar as 40
836 horas. E assim, outras coisas, como o RTC, não sou nem contra nem a favor, *a priori*,
837 mas preciso de esclarecimentos, principalmente, no momento em que for votar. Em

838 relação à proposta de 40 horas, por que o RTC ou RTP, por exemplo, não poderia
839 suprir a deficiência que você aponta?” **Cons.^a Berenice Bilharinho de Mendonça:** “Na
840 verdade, quando se tem a vaga, não temos três vagas de RTC para uma de 40 horas,
841 temos uma só, então essa pessoa vai ter uma dedicação muito menor e tem muitos
842 docentes que querem ficar 40 horas na Universidade, então eles vão ficar de graça?
843 Porque ele só pode receber se for RDIDP, para isso tendo que abrir mão de fazer um
844 consultório privado ou uma cirurgia, dessa forma, ele prefere ir trabalhar em uma
845 Universidade menor, muitas vezes particular, e não ficar na Universidade. É isso que
846 temos sentido.” **Cons. Sérgio França Adorno de Abreu:** “A Congregação da minha
847 Unidade também não discutiu esse assunto de uma maneira substantiva, de forma que
848 o que vou falar é, na verdade, um ponto de vista a respeito do que estou ouvindo, do
849 que está sendo discutido. É claro que nós nos associamos, certamente, ao
850 reconhecimento da diversidade interna da Universidade, que precisa ser contemplado.
851 Isso é um assunto que não podemos deixar de lado. É claro que podemos até refletir
852 sobre critérios de equidade na diferença. Podemos, de alguma maneira, procurar
853 estabelecer algumas formas de intercâmbio que permitam equalizar diferenças, mas
854 não torná-las todas iguais e, por exemplo, ter um padrão único, porque isso de alguma
855 maneira vai sufocar muitas vezes as atividades que são realizadas por cada uma das
856 unidades. Mas o que quero colocar é que senti certa frustração quando li o relatório.
857 Esperava que o relatório viesse a partir de alguma leitura de dados. Por exemplo, acho
858 que o RDIDP foi uma conquista para a Universidade, acho que todos temos que
859 reconhecer. A USP, hoje, com a dedicação exclusiva da maior parte de seus docentes
860 é outra coisa, é uma Universidade mais densa, mais comprometida, a avaliação da
861 produção melhorou muito. Certamente, a nova proposta que aparece, com a qual não
862 estou fazendo nenhum julgamento, porque acho que temos que olhar para o presente e
863 para o futuro, e, portanto, propostas novas têm que ser discutidas *sine ira et studio*, ou
864 seja, sem emoção e sem paixão, da maneira mais racional possível e imaginável. De
865 qualquer maneira, gostaria de ter a avaliação do que não funciona nos regimes atuais,
866 e por que não funciona. Porque é isso que me permite uma avaliação mais completa.
867 Por exemplo, houve ganhos, mas hoje está havendo problemas. Quais são esses
868 problemas? Por que os mecanismos atuais são insuficientes para resolvê-los? Por que

869 é preciso pensar em alternativas de regimes? Então, acho que isso está faltando. O
870 documento que tem a sua lógica, sua argumentação, podemos discordar de alguns
871 argumentos, mas me sinto assim. Por exemplo, minha unidade tem a maior parte dos
872 professores em regime RDIDP. Há problemas, mas acho que são tão circunstanciais e
873 tão laterais, que não prejudicam o trabalho da Faculdade, muito pelo contrário. A
874 maioria são pessoas dedicadas, comprometidas com as exigências do RDIDP, mas
875 temos nossas singularidades e especificidades. De forma que precisaríamos avançar e
876 adensar melhor o conhecimento dos problemas atuais, para que possamos evoluir na
877 proposta de uma mudança. Se é necessária essa mudança, que ela seja feita com
878 base em dados sólidos que nos permitam construir um consenso neste Conselho e na
879 Universidade de modo geral.” **Cons.^a Marcela Silva Carbone:** “Quero começar minha
880 fala mais uma vez em protesto, porque começamos a reunião pedindo para a
881 Secretaria Geral para que alguns convidados entrassem nessa reunião, pois como
882 vemos na composição do Conselho Universitário, nem todos os que estão nessa sala
883 hoje são, necessariamente, membros do Co. Quem são esses convidados que estão lá
884 fora? Lá fora estão os pouquíssimos negros que existem na Universidade de São Paulo
885 e que, curiosamente, foram questionados se eram da USP. Perguntaram para mim
886 quem eram esses nossos 'convidados', se seriam pessoas da rede pública. Não, são
887 estudantes da USP. São os pouquíssimos negros, que possuem número USP, que
888 estão aqui dentro. E estão aqui dentro querendo que em todo esse processo que
889 estamos discutindo e vamos discutir, possamos debater o tema de cotas raciais, pois
890 sabemos que é só olhar para a composição desse Conselho, para perceber que não há
891 negros aqui, não há negros entre os docentes e discentes, enquanto que entre os
892 terceirizados, nos trabalhos mais precários da Universidade, aí sim vamos ver a
893 presença de negros. E os negros são os que mais morrem pela mão da Polícia Militar.
894 É por isso que queremos que, para melhorar a educação nesse país, os negros
895 estejam aqui dentro. Então, a nossa reivindicação, em primeiro lugar, é para que essa
896 reunião não continue enquanto esses convidados não entrem, pois é um absurdo
897 debatermos o futuro da educação pública nesse país, a reforma do Estatuto e todos os
898 outros assuntos, se os pouquíssimos negros, que têm muito mais condições de falar
899 sobre isso, não estiverem aqui dentro. Para democratizar a Universidade de São Paulo

900 é preciso democratizar o acesso, a composição social. E é um absurdo todas essas
901 propostas que tenho lido nesse ponto que estamos debatendo, pois o que está se
902 desenhando para a Universidade de São Paulo é cada vez mais a precarização, a
903 precarização rumo à privatização, porque é isso que, infelizmente, a maioria desse
904 Conselho defende. E a maioria desse Conselho é uma cúpula perto da comunidade
905 universitária e da população do Estado de São Paulo. Portanto, gostaria que
906 deixássemos essas pessoas entrarem, para vocês verem a cor dessas pessoas, que é
907 a maioria da população desse país e não estão representadas aqui dentro.” **M. Reitor:**
908 “Encerramos, então, a discussão do tópico Carreira e Regimes de Trabalho. Antes de
909 devolver a palavra ao coordenador da CAECO, quero fazer a seguinte consideração. É
910 indiscutível, Professor Sérgio Adorno, o progresso e a contribuição que o RDIDP trouxe
911 à Universidade de São Paulo, como um instrumento que, de fato, funcionasse como
912 uma Universidade. E não só foi a primeira Universidade que, de fato, mereceu esse
913 nome no país, mas em grande parte isso foi possível em virtude da progressiva
914 instalação do RDIDP. Esse é um ponto indiscutível. No entanto, é necessário lembrar
915 que o exercício estrito do RDIDP trouxe dificuldades ao longo desses anos. E conheço
916 muito bem essas dificuldades, apesar de ter sido, durante toda a minha vida, um
917 defensor permanente da importância desse regime, que permitiu a unidades como a
918 minha, em Ribeirão Preto, que rapidamente se transformasse não só em uma escola
919 de medicina, mas também em um centro de pesquisa implantado, naquela época, no
920 interior de São Paulo, com estrada poeirenta no caminho, mas isso não impediu que
921 rapidamente se transformasse em um expressivo centro de pesquisa. De forma que o
922 RDIDP contribuiu enormemente para isso, não há o que discutir. Por outro lado, as
923 dificuldades resultantes do exercício do RDIDP levaram a algo que agora tenho certeza
924 que já não será mais unanimidade entre todos aqui, chamado flexibilização do RDIDP.
925 E isso responde por vários nomes, várias opções e formatos dos mais diversos
926 possíveis. Nem todos eles, absolutamente, úteis à função e à missão da Universidade.
927 Portanto, a flexibilização do RDIDP surgiu, obviamente, do resultado do conflito que
928 muitos docentes têm entre a necessidade de ter um espaço para ter uma atividade
929 universitária significativa – diferente, por exemplo, do RTP, em que o tempo é muito
930 curto – e, ao mesmo tempo, poder exercer outras atividades fora do controle estrito da

931 Universidade, o que nem sempre é prejudicial, muito pelo contrário. Então, esse conflito
932 levou a uma solução que, obrigatoriamente, não é a melhor. Entendemos que chegou o
933 momento de discutir isso tudo, de reanalisar e ver se, por exemplo, a instalação de
934 um regime como este, de 40 horas, não poderia ser uma opção para uma parcela de
935 docentes que têm interesses importantes fora da Universidade, mas que também
936 querem ter uma contribuição expressiva dentro da Universidade. Seria um
937 compromisso, talvez até em substituição, por exemplo, a um regime como o RTP, em
938 que o tempo de dedicação é extremamente curto. Temos que ser capazes de analisar
939 isso nesse momento. A segunda coisa é a questão da valorização da atividade didática
940 no ensino de graduação. Por muitos anos, desde a época em que presidi a CERT, ouvi
941 queixas de que a Universidade, embora diga que valoriza igualmente atividade de
942 pesquisa, de extensão, e de ensino e graduação, na prática não o faz. Sempre me
943 contrapôs a isso, mas com o tempo acabei sendo vencido, pois vejo muitos exemplos
944 em que isso é verdade. Isto é, o simples fato de dizer que serão valorizados igualmente
945 não resulta em uma valorização equilibrada. Então, também aqui devemos trabalhar
946 sobre isso, porque sou obrigado a admitir que, nos últimos tempos, quem mais tem
947 sido prejudicado nesta equação é o ensino de graduação, que tem sido relegado a
948 segundo plano por grande número de docentes, que delegam isso, às vezes, a outras
949 pessoas menos qualificadas ou que fazem uma dedicação muito curta, porque
950 entendem que a Universidade, nos seus concursos e progressões, somente valoriza a
951 produção intelectual. Temos que equacionar isso de alguma forma. Não tenho a
952 fórmula mágica, por isso pedi a este Grupo de Trabalho de ilustres membros da
953 Universidade - 23 pessoas das mais diferentes áreas - que nos apresentassem
954 sugestões, que agora precisam ser discutidas. Mas diria a este Conselho Universitário
955 e a toda a Universidade que como está não podemos continuar, porque continuamos
956 prejudicando o ensino de graduação. Alguma solução temos que encontrar e tenho
957 certeza de que, em conjunto, vamos achá-la. Essencialmente é isso que temos que
958 fazer, essa é a oportunidade de fazer isso, sem paixão, sem achar que tem algo
959 escondido e que maldosamente será posto contra este ou aquele grupo e assim por
960 diante. É o momento de discutirmos, acharmos soluções, mas não se iludam com o
961 discurso de que tudo vai bem. Muita coisa vai bem, a USP continua sendo o principal

962 instituto de pesquisa e a principal universidade da América Latina, sobre isso não há
963 nenhuma dúvida, mas começamos a ter uma corrosão na qualidade do nosso ensino
964 de graduação e precisamos voltar a valorizar essa atividade. Finalmente, nessa
965 discussão, não devemos confundir duas coisas: aquilo que é operacional, com as
966 questões conceituais e estruturais. Se o docente será admitido em RTP e depois vai
967 solicitar a transferência para RDIDP, é uma questão operacional, que poderá ser
968 instalada a qualquer momento, independentemente da discussão que aqui se faça.
969 Outra coisa completamente diferente é quais são os regimes de trabalho, quais são as
970 opções de carreira docente. Se entendermos que todos aqui devem produzir ensino de
971 qualidade de graduação, ter uma produção científica qualificada, competitiva e de
972 elevada qualidade e, ao mesmo tempo, fazer transferência de conhecimento e
973 atividades de extensão de elevadíssima qualidade - porque é isso que o RDIDP pede,
974 que cada uma das atividades seja de elevada qualidade. Portanto, nos cabe decidir
975 sobre isso, discutirmos isso desapaixonadamente. Se acharmos 'que tudo vai bem no
976 quartel de Abrantes, tudo continua como dantes' e não se muda nada, mas não
977 aconselharia isso. Acho que temos uma oportunidade especial, e por isso seria bom
978 começarmos essa discussão hoje, sem termos que votar agora. Vamos dar tempo ao
979 tempo, ouvir mais opiniões, discutir melhor, entender quais são os problemas que
980 temos e quais são as soluções possíveis, que não tem que ser, obrigatoriamente,
981 adotadas por cada um dos departamentos, poderá ter, talvez, um espectro de opções
982 para fazer." **Cons. Carlos Alberto Ferreira Martins**: "Quero apenas fazer algumas
983 observações eventualmente pontuais, mas que me parece importante marcar. A
984 primeira sobre o que foi dito e é óbvio, que existe uma interrelação entre os diferentes
985 pontos de pauta. Chamaria a atenção para o fato de que logo, no item 1.1.1, estamos
986 frente a uma questão que não é exclusivamente de regime de trabalho, é também do
987 grau de autonomia das Unidades. A questão do RDIDP como regime preferencial surge
988 nas várias propostas como uma alternativa: ou manter o RDIDP como regime
989 preferencial ou cada unidade ou departamento definir, no seu plano de metas, os
990 regimes preferenciais para cada departamento ou área de conhecimento. Ou seja, de
991 fato, não chegou nenhuma proposta que dissesse acabar com o RDIDP como regime
992 preferencial. O que está colocado para nossa reflexão e continuidade do debate é se,

993 em relação ao tema do regime, deve-se ter uma régua única para toda a Universidade,
994 ou se caberia às Unidades um pouco mais de autonomia, no sentido de definir quais os
995 regimes de trabalho e em que proporção os regimes de trabalho seriam mais
996 adequados ao seu perfil. Parece-me importante destacar isso, porque quando temos a
997 manifestação das unidades em relação a esse tema, a diversidade da Universidade fica
998 mais clara. Unidades que têm um forte viés – o que não significa exclusividade – de
999 formação profissionalizante, tendem a encarar com mais simpatia a possibilidade de
1000 maior flexibilidade na definição dos regimes de trabalho. Evidentemente, as unidades
1001 que têm um perfil profissionalizante forte, encaram ou se colocam frente à necessidade
1002 de ter docentes – e isso não significa exclusivamente docentes que dão aula, horistas –
1003 fazendo pesquisa, mas também com um processo de contato mais permanente com o
1004 âmbito profissional. A segunda observação que gostaria de fazer em relação a este
1005 tema é que, curiosamente, embora não tenhamos ouvido aqui, mas várias unidades se
1006 manifestaram no sentido de entender e absorver, no Estatuto, que o tema da carreira
1007 não é exclusivo dos docentes, e que é importante incluir no Estatuto uma seção
1008 definindo as normas gerais de carreira dos servidores técnicos e administrativos. Acho
1009 que é importante fazer esse registro, até porque não foram apenas entidades, mas
1010 várias Unidades que se manifestaram nesse sentido. Creio que podemos passar ao
1011 item ‘Autonomia e Organização das Unidades e Órgãos’, lembrando apenas que há
1012 vários aspectos referentes à autonomia e organização das unidades e órgãos, que
1013 foram encaminhados, mas que de fato dizem respeito a outros temas já tratados
1014 anteriormente, sobretudo o tema da eleição dos dirigentes. Várias sugestões
1015 chegaram, no sentido de equalizar o processo de eleição de dirigentes das unidades e
1016 órgãos ao da Reitoria. Hoje isso está definido apenas parcialmente. Então há várias
1017 sugestões no sentido de que a eleição de diretor e vice-diretor se dê, também, por
1018 inscrição em chapa, entre outras coisas. Isso não aparece nessa sistematização,
1019 porque já discutimos o tema ‘Eleição de Dirigentes’, mas há várias manifestações
1020 nessa perspectiva.” **M. Reitor:** "Então, passamos a discutir o segundo tópico dessa
1021 reunião que é ‘Autonomia e Organização das Unidades ou Órgãos’. Está na tela o que
1022 a CAECO identificou de temas a serem discutidos.” **Cons. Luiz Silveira Menna**
1023 **Barreto:** “Gostaria de ocupar esses minutos detalhando um pouco a proposta do

1024 *impeachment* ou impedimento, ou afastamento de funções de direção contida nesse
1025 documento entregue recentemente ao Professor Carlos. Nessa proposta, atribuímos
1026 aos colegiados o direito e até a possibilidade de propor, por uma maioria expressiva, o
1027 impedimento de um dirigente. Isso se estende desde a Reitoria até diretores de
1028 unidades, presidentes de comissões estatutárias, e é claro que isso é uma situação
1029 que cria, ou que preenche um vazio na regulamentação da vida da Academia e que
1030 pareceu, a nós da EACH, ser uma falha importante que precisa ser sanada, na forma
1031 de uma regulamentação das condições mínimas para que esses processos de
1032 impedimento possam ser devidamente encaminhados, discutidos, com ampla
1033 oportunidade de defesa e de debate no âmbito dos colegiados aos quais se refere.
1034 Alertamos para o fato de que o dirigente em questão, que, eventualmente, possa ser
1035 objeto de um pedido de impedimento, não assuma a direção ou a responsabilidade
1036 pelo encaminhamento desse mesmo processo, e que o próprio colegiado se
1037 encarregue disso, indicando quem de direito deve coordenar os procedimentos de
1038 discussão e resolução desse processo.” **Cons. Carlos Alberto Ferreira Martins:**
1039 “Registrando o sentido da inclusão deste tópico, apenas gostaria de lembrar que o
1040 tema, a proposta do mecanismo institucional do impedimento já está registrado como
1041 proposta quando fizemos o debate de eleição de dirigentes.” **Cons. João Cyro André:**
1042 “Procurei separar em tópicos, conforme foi pautado pela Mesa, de forma que agora vou
1043 falar especificamente sobre ‘Autonomia e Organização das Unidades ou Órgãos’. No
1044 caso das atividades financeiras da Reitoria da Universidade de São Paulo e das
1045 Unidades, estabelecer o equivalente à Lei de Responsabilidade Fiscal, de 4 de maio de
1046 2000. Isso é extremamente importante. Essa Lei teve como objetivo principal
1047 estabelecer condições e exigências aos gestores públicos no equilíbrio de despesas e
1048 receitas e promover a transparência dos gastos públicos. Então é isso que não está no
1049 Estatuto e minha sugestão é que, de alguma forma, façamos uma proposta nesse
1050 sentido. Creio que a COP possa encaminhar alguma coisa nesse sentido, de modo que
1051 a Universidade fique mais sólida do ponto de vista financeiro. Uma série de medidas
1052 estão sendo discutidas agora, pode ter impacto financeiro e pode, tranquilamente,
1053 quebrar a questão do equilíbrio fiscal. Essa é uma sugestão que faço e essa
1054 responsabilidade não é só da Reitoria, mas também das Unidades, que farão seu

1055 planejamento, não com base no seu desejo, mas com o seu orçamento que estiver
1056 disponível para a Universidade. Segunda coisa é valorizar o papel do Departamento na
1057 USP. Isso está feito no atual Estatuto, mas ele não tem sido respeitado, na medida em
1058 que muitas coisas que estão no atual Estatuto, que falam da valorização do
1059 Departamento, quando se chega para atuar no nele, isso não acontece exatamente.
1060 Então, parece-me extremamente importante a valorização do papel do Departamento
1061 na USP. A outra coisa que me parece importante também, não sei se está totalmente
1062 ligada ao Estatuto, mas se não está, peço desculpas pela impertinência, é estabelecer
1063 limite para o número de membros em Congregação. A própria Congregação da Escola
1064 Politécnica é um número extremamente exagerado e isso tem implicações em um
1065 sistema representativo e também no seu próprio funcionamento, pois essa situação de
1066 assembleísmo, que se transforma em uma unidade de congregação, prejudica o bom
1067 andamento dentro de um ponto de vista, como estou colocando, e esvazia o seu poder
1068 político dentro da unidade. Vou tomar a liberdade de falar algo sobre o RTP, a
1069 importância dele dentro de uma unidade como a Escola Politécnica. A Conselheira Ana
1070 Lanna pediu um exemplo e vou dar. Quando você vai contratar um professor de
1071 pontes, você tem duas alternativas, aquele que lê um livro e sabe reproduzir o que está
1072 lá e aquele que viveu a construção e o projeto de milhares de metros ou quilômetros de
1073 pontes. Quem nós queremos para ser professor que um aluno que quer aprender a
1074 fazer pontes? Não tenho a menor dúvida a respeito disso e defendemos isso dentro do
1075 nosso Departamento. Fomos atendidos na oportunidade de forma bastante positiva
1076 para os alunos e para o Departamento.” **M. Reitor:** “Vou interromper um minuto para
1077 fazer o seguinte anúncio. Há uma tentativa de estudantes de invadir esta área. Devo
1078 dizer que se isso acontecer, a sessão será imediatamente suspensa e ficam todos,
1079 desde já, convocados para o dia 14, às 14 horas, quando iniciaremos processo de
1080 votação. Isto é, a reforma com a Universidade vai progredir, independentemente de
1081 qualquer atitude que tente cercear a liberdade de ação, de pensamento e de palavra
1082 dentro deste Conselho.” **Cons.^a Belmira Amélia de Barros Oliveira Bueno:**
1083 “Relacionado a este segundo tema e dentro do espírito de proposta de reflexão, quero
1084 mencionar dois pontos. Um deles é o item 2.6. Gostaria de fazer um pequeno reparo,
1085 porque os pós-doutorandos não são discentes, eles já são doutores. Esse é um ponto.

1086 A representação deles também acho problemática, porque se em algumas unidades os
1087 pós-doutorandos fazem quase que uma carreira, porque ficam de 5 a 10 anos, esta não
1088 é a realidade de todas as unidades. Muitos pós-doutorandos vêm, ficam um ano e vão
1089 embora. Acho bastante polêmica essa questão, discordaria radicalmente. Acho que é
1090 preciso se descobrir formas de melhor inserção do pós-doutorando na vida acadêmica,
1091 na vida institucional, porque esse é um aprendizado importante para ele, mas creio que
1092 ter representação não cabe. É uma posição discutível, para refletirmos. Outro ponto
1093 que também gostaria de trazer à reflexão é algo que não tenho uma proposta clara,
1094 mas quero problematizá-la. É a relação entre os Departamentos e as Comissões
1095 Estatutárias. Acho que o Estatuto atual trouxe um avanço e uma contribuição imensa
1096 ao se criar as comissões estatutárias. Elas progrediram ao longo dos anos, e acho que
1097 a grande riqueza da Universidade, em grande parte, deve ser debitada ao
1098 funcionamento dessas comissões. No entanto, a relação institucional com os
1099 departamentos não está clara. Se fazemos um esforço dentro da Unidade para que os
1100 departamentos conversem com as comissões e vice-versa, as coisas fluem, mas isso
1101 não está claro. Elas podem ficar funcionando à margem dos departamentos e os
1102 departamentos também, paralelamente. Então, para não extinguir nem uns e nem
1103 outros, deveríamos pensar em uma forma de melhor articulação entre essas duas
1104 unidades/órgãos.” **Cons. Marcos Nogueira Martins:** “Tivemos uma Congregação
1105 aberta e conjunta com o IAG, no dia 24 de março, e mandamos um texto com as
1106 contribuições dessa reunião à CAECO, que incorporou todas as nossas sugestões,
1107 com exceção de uma. Segundo o Professor Fazzio, houve uma justificativa, mas ele
1108 não conseguiu reproduzi-la para mim, então vou fazer a reclamação de qualquer jeito.
1109 Trata-se de colocar uma ressalva no atual artigo 11 do Estatuto, que veda a duplicação
1110 de meios para fins idênticos ou equivalentes no mesmo município. Essa é a regra que
1111 obrigou a EACH a ter curso de licenciatura, tiveram que inventar um nome estranho
1112 para a licenciatura da EACH, porque não poderia ser licenciatura em Física, Biologia,
1113 Química, porque já tinha no mesmo município outras licenciaturas com o mesmo nome.
1114 Então, podemos colocar um limite do tamanho do município, para que não haja
1115 duplicação em municípios pequenos. Mas em São Paulo, o tempo gasto da EACH até
1116 aqui é mais ou menos o mesmo tempo gasto de Ribeirão para cá. Por isso é um

1117 detalhe que não cabe ter no Estatuto, para impedir uma duplicação. Pode ser que haja
1118 algum argumento que me faça morder a língua, mas, de qualquer forma, foi uma
1119 determinação da Congregação do Instituto. Outro ponto que quero comentar é sobre o
1120 item 2.6, a respeito da inclusão dos pós-doutorandos como categoria discente nos
1121 colegiados. Outro dia estava ouvindo o rádio e havia a notícia de um cara que tinha
1122 sofrido um acidente e falavam 'o rapaz isso', 'o rapaz aquilo', e o rapaz tinha 35 anos.
1123 Acho que isso faz parte dessa infantilização que estamos passando na sociedade. O
1124 rapaz de 35 anos e o pós-doutor que vira aluno. Não pode ser categoria discente, pode
1125 ser alguma outra categoria, mas não discente, por favor.” O senhor Secretário Geral
1126 anuncia o Prof. Dr. Paulo Hilário Nascimento Saldiva, sendo interrompido pela
1127 Conselheira Marcela Silva Carbone. Ao ser consultada pelo Secretário Geral sobre a
1128 intenção de se inscrever para fazer uso da palavra no momento oportuno, a
1129 Conselheira ignorou tal possibilidade e continuou a se manifestar fora do microfone.
1130 Em face de tal situação, o **M. Reitor** encerrou a sessão, às 16h35, convocando a
1131 próxima reunião para o dia 14 de abril de 2015, às 14 horas, para votação. Do que,
1132 para constar, eu, Ignacio Poveda, Prof. Dr. Ignacio Maria Poveda Velasco,
1133 Secretário Geral, lavrei e solicitei que fosse digitada esta Ata, que será examinada
1134 pelos Senhores Conselheiros presentes à sessão em que for discutida e aprovada, e
1135 por mim assinada. São Paulo, 07 de abril de 2015.